

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Presidente Juscelino Kubitschek avenue, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
UniBlue Locações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da UniBlue Locações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 31 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Felipe Kasai Marcos

Felipe Kasai Marcos
CRC SP-300620/O

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	467	147	2.294
Contas a receber de clientes	7	1.002	362	1.002
Despesas antecipadas	9	43	10	51
Tributos a recuperar	8	473	196	473
Outros ativos	10	-	95	-
		1.985	810	3.820
Ativo Não Circulante				
Aplicação financeira	11	2.865	-	229
Impostos diferidos	8	572	321	572
Tributos a recuperar	8	881	415	881
Despesas antecipadas	9	192	31	192
Depósitos e cauções		66	-	66
Imobilizado	12	35.949	13.278	35.949
Direito de uso de arrendamento	13	91	-	91
		40.616	14.045	37.980
Total do Ativo		42.601	14.855	41.800

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Passivo Circulante				
Fornecedores	14	9.301	4.336	9.301
Salários e encargos sociais	15	629	343	629
Tributos a pagar	16	339	101	339
Adiantamento de cliente		40	-	40
Obrigações vinculadas a cessão	11	1.401	-	1.401
Passivo de arrendamento	13	27	-	27
		11.737	4.780	11.737
Passivo Não Circulante				
Fornecedores	14	31	-	31
Obrigações vinculadas a cessão	11	21.603	-	20.760
Passivo de arrendamento	13	68	-	68
Outras contas a pagar		274	-	316
Adiantamento futuro aumento capital	17	8.000	8.700	8.000
		29.976	8.700	29.175
Patrimônio Líquido				
Capital social	19	2.000	2.000	2.000
Lucros acumulados		(1.112)	(625)	(1.112)
		888	1.375	888
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		42.601	14.855	41.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Receita líquida operacional	19	6.432	2.423	6.432
(-) Custos com locação	20	(2.397)	(981)	(2.397)
(=) Lucro bruto		4.035	1.442	4.035
Despesas Operacionais				
(-) Gerais e administrativas	20	(2.884)	(2.270)	(2.884)
(-) Comerciais	20	(91)	(186)	(91)
(=) Lucro (prejuízo) operacional		1.060	(1.014)	1.060
(+) Receitas financeiras	21	1.128	74	1.007
(-) Despesas financeiras	21	(2.927)	(4)	(2.806)
(=) Resultado financeiro, líquido		(1.799)	70	(1.799)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(739)	(944)	(739)
(+) Imposto de renda e contribuição social diferido	22	251	321	251
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(488)	(623)	(488)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(488)	(623)	(488)
Total do resultado abrangente do exercício	(488)	(623)	(488)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 01 de Janeiro de 2024	2.000	(1.999)	(2)	(1)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(623)	(623)
Aumento de capital	-	1.999	-	1.999
Em 31 de dezembro de 2024	2.000	-	(625)	1.375
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(488)	(488)
Em 31 de dezembro de 2025	2.000	-	(1.112)	888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(488)	(944)	(488)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização		1.949	871	1.949
Juros sobre cessão de direitos creditórios		2.163	-	2.669
Redução (aumento) nas contas de ativo				
Contas a receber de clientes		(640)	(362)	(640)
Tributos a recuperar		(743)	(612)	(743)
Despesas antecipadas		(194)	(41)	(202)
Deposito e cauções		(66)	-	(66)
Impostos diferidos		(251)	-	(251)
Outros ativos		95	(95)	95
Aumento (redução) nas contas de passivo				
Fornecedores		4.996	4.336	4.996
Salários e encargos sociais		286	344	286
Tributos a pagar		238	101	238
Adiantamento de cliente		40	-	40
Outras contas a pagar		275	(2)	317
Caixa gerado aplicado nas atividades operacionais		7.660	3.596	8.200
Juros pagos de cessão de direitos creditórios		(1.321)	-	(1.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		6.339	3.596	6.879
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(24.601)	(14.149)	(24.601)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(24.601)	(14.149)	(24.601)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Cessão de direitos creditórios		23.232	-	22.389
Integralização de capital		-	1.999	-
Aquisição de cota subordinada FIDC		(2.130)	-	-
Amortização de cessão de direitos creditórios		(1.805)	-	(1.805)
Amortização de passivo de direito de uso		(15)	-	(15)
Adiantamento futuro aumento de capital		(700)	8.700	(700)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		18.582	10.699	19.869
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		320	146	2.147
Caixa e equivalente de caixas no início do exercício	6	147	1	147
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	467	147	2.294

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Informações gerais

A UniBlue Locações S.A. (“Companhia” ou “UniBlue”), com sede em Barueri - SP, foi constituída em 2020 e iniciou suas operações em janeiro de 2024. A Companhia é uma joint venture entre a Unimed Participações S.A. e a Blue Health Participações S.A., dedicada à locação de equipamentos hospitalares para o Sistema Unimed.

Com a combinação da expertise técnica, tecnologia de ponta e força comercial de seus acionistas, a UniBlue proporciona eficiências exclusivas ao Sistema Unimed, facilitando o acesso a equipamentos de última geração e viabilizando a renovação contínua do parque tecnológico das unidades de saúde.

1.2 Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A Administração da Companhia está monitorando continuamente os desenvolvimentos para avaliar quaisquer possíveis impactos futuros que possam surgir como resultado das mudanças climáticas. Em paralelo a sociedade concentra-se na redução, voluntária e escalonada, das emissões operacionais de gases do efeito estufa.

1.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.3 Políticas contábeis materiais

2.3.1 Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante.

As controladas são integralmente consolidadas, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

A partir do exercício de 2025, a Companhia passou a consolidar o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Uniblue Investcoop em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

2.3.2 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3
- Imobilizado - Nota 2.3.4

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não houve ajustes nas datas bases de 2025.

2.3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto, quando existentes, representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto, quando existentes, são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

2.3.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.3.5 Imobilizado

Máquinas e Equipamentos compreendem principalmente os equipamentos utilizados pela Companhia como objeto de locação em seus contratos com clientes. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e Equipamentos	Entre 5 e 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas não operacionais" na demonstração do resultado.

2.3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.3.7 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.3.8 Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Os ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos incluem um saldo de provisões adicionadas temporariamente no cálculo do imposto e diferimento dos prejuízos gerados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

2.3.9 Capital social

As quotas de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.3.10 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando, ou à medida que o controle sobre bens ou serviços distintos é transferido para o cliente. Isso requer, entre outros, que exista um contrato com direitos e obrigações exigíveis, que o cliente esteja comprometido com suas obrigações contratuais e que a cobrança da contraprestação seja provável, levando em consideração a qualidade de crédito do cliente. Receita é o preço de transação ao qual a entidade espera ter direito. A

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contraprestação é ajustada pelo valor do dinheiro no tempo se o período entre a transferência de bens ou serviços e o recebimento do pagamento for superior a doze meses e houver um benefício financeiro significativo para o cliente ou para a entidade. Se um contrato contiver mais de um bem ou serviço distinto, o preço da transação é alocado para cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos. Se os preços de venda individuais não forem diretamente observáveis, a Companhia os estimará razoavelmente, principalmente usando valores de referência históricos. A receita é reconhecida para cada obrigação de desempenho em um momento ou ao longo do tempo.

a) Receita de serviços

A receita é reconhecida ao longo do tempo de forma linear ou, se o padrão de desempenho não for linear, conforme os serviços são prestados. Os pagamentos dos clientes são normalmente recebidos mensalmente.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

c) Receita de arrendamentos

A receita com arrendamentos de arrendamentos operacionais quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza.

2.3.11 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

b) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subseqüentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subseqüentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subseqüente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por impairment (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

d) Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, financiamentos, cessão de direitos creditórios e passivos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.3.12 Novas normas que entraram em vigor no exercício de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

a) **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial**

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), essa atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18, contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos que agora permitem a prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa.

b) **Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.**

Para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Essas alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos de moedas não conversíveis.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Empresa

2.3.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) **IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras--Continuação**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

c) Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

d) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

3.3.2. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de taxa de câmbio

A Companhia importa produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos.

A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira

de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
2025			
Fornecedores	9.301	31	-
Salários e encargos sociais	629	-	-
Obrigações vinculadas a cessão	3.566	3.453	14.358
Passivo de arrendamento	30	30	65
Tributos a pagar	339	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	8.000	-
	13.865	11.514	14.423
2024			
Fornecedores	4.336	-	-
Salários e encargos sociais	343	-	-
Tributos a pagar	101	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	8.700	-
	4.780	8.700	-
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
2025			
Fornecedores	9.301	31	-
Salários e encargos sociais	629	-	-
Obrigações vinculadas a cessão	3.566	3.453	13.515
Passivo de arrendamento	30	30	65
Tributos a pagar	339	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	8.000	-
	13.865	11.514	13.580

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	467	147	2.294
Contas a receber de clientes	1.002	362	1.002
Aplicação financeira	2.866	-	-
	4.335	509	3.296
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Fornecedores	9.332	4.336	9.332
Salários e encargos sociais	629	343	629
Obrigações vinculadas a cessão	23.005	-	22.161
Passivo de arrendamento	95	-	95
Tributos a pagar	339	101	339
	33.400	4.780	32.556

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Recursos em banco e em caixa	6	66	6
Aplicações financeiras de curto prazo	461	81	2.288
	467	147	2.294

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações de aplicação automática com liquidez diária com taxa média de 96-103% a.a. do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Contas a receber de clientes	1.002	362	1.002
	1.002	362	1.002
A vencer	942	362	942
Até 30 dias de atraso	60	-	60
	1.002	362	1.002

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 30 dias.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

8.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
IRPJ a recuperar	-	36	-
CSLL a recuperar	4	9	4
PIS recuperar	225	101	225
COFINS recuperar	1.037	465	1.037
ISS a recuperar	1	-	1
IRRF a recuperar	87	-	87
	1.354	611	1.354
Circulante	473	196	473
Não circulante	881	415	881
	1.354	611	1.354

8.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido foi reconhecido contabilmente, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
IRPJ Diferido	421	236	421
CSLL Diferido	151	85	151
	572	321	572

9. Despesas Antecipadas

Despesas antecipadas referentes aos pagamentos de comissões comerciais referente aos contratos de locação e despesa de gestão do FIDC.

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Despesas antecipadas	235	41	243
	235	41	243
Circulante	43	10	51
Não circulante	192	31	192
	235	41	243

10. Outros Ativos

Outros ativos compostos por antecipação de férias e débitos a receber por passivos assumidos com transferência de funcionários.

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Outros Ativos	-	95	-
	-	95	-

11. Obrigações Vinculadas à Cessão de Direitos Creditórios

Ao longo de 2025, a Companhia realizou a cessão de direitos creditórios ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Uniblu Investcoop ("FIDC Investcoop"). Em adição, a Companhia adquiriu cotas subordinadas do FIDC Investcoop no montante de R\$ 2.865, a fim de respeitar a subordinação de 10%, sendo o FIDC Investcoop consolidada a Companhia.

A Companhia efetuou cessão de direitos creditórios futuros decorrentes da locação de equipamentos firmados com seus clientes, de forma a permite a Companhia antecipar o recebimento de recursos provenientes desses recebíveis. Cada cessão de Direitos Creditórios tem um contrato de cessão único e esses são padronizados.

Na celebração do Contrato de Cessão, a Companhia transfere ao FIDC Investcoop, de forma irrevogável e irretroatável, a totalidade dos Direitos Creditórios. Em contrapartida, o FIDC Investcoop realiza um pagamento a vista à Companhia.

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A cessão dos Direitos Creditórios se dá sem coobrigação por inadimplência da Companhia.

Características das Cotas Seniores:

- Têm prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Cotas Subordinadas;
- Conferem direito de voto nas deliberações das Assembleias de Cotistas, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá uma quantidade de votos representativa de sua participação na Classe ou Subclasse;
- Possuem rentabilidade-alvo, o Benchmark Sênior. O Benchmark Sênior tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente atribuída às Cotas Sênior, e não representa e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da Carteira assim permitirem.

Características das Cotas Subordinadas:

- Serão subordinadas às Cotas Seniores para efeito de Amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Classe;
- Poderão se sujeitar a Amortizações Extraordinárias, nas hipóteses de Excesso de Subordinação (Índice de Subordinação deverá ser igual ou superior a 10%)
- Somente poderão ser resgatadas na data de liquidação da Classe, após o resgate da totalidade das Cotas Seniores
- Conferem direito de voto nas deliberações das Assembleias de Cotistas

a) Movimentação do passivo de direito creditórios:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Em 1º de janeiro	-	-	-
Contratos de cessão	23.232	-	23.232
Liquidação de contratos	(3.117)	-	(3.117)
Juros apropriados	2.889	-	2.889
Valor cotas subordinadas	-	-	(843)
Em 31 de dezembro	23.004	-	22.161
Circulante	1.401	-	1.401
Não circulante	21.603	-	20.760
	23.004	-	22.161

b) Movimentação da aplicação financeira:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Em 1º de janeiro	-	-	-
Aquisição de cotas subordinadas	2.130	-	-
Ajuste a valor de mercado	735	-	229
Em 31 de dezembro	2.865	-	229

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo de aquisição</u>		
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-
(+) Aquisições	14.752	14.752
(-) PIS e COFINS (a)	(603)	(603)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.149	14.149
(+) Aquisições	25.518	25.518
(-) PIS e COFINS (a)	(917)	(917)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	38.750	38.750
<u>Depreciação acumulada</u>		
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-
(+) Adições	(871)	(871)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(871)	(871)
(+) Aquisições	(1.930)	(1.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.801)	(2.801)
<u>Valor residual líquido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.278	13.278
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.949	35.949

(a) Crédito de Pis e COFINS referentes a aquisição dos equipamentos para locação.

13. Direito de uso e passivo de arrendamento

a) Ativos de direito de uso

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Adição por novos contratos	110	-	110
Despesa Depreciação	(19)	-	(19)
Saldo em 31 de dezembro	91	-	91

b) Passivos de Arrendamento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-
Juros provisionados	10	-	10
Juros pagos	(10)	-	(10)
Adição por novos contratos	110	-	110
Pagamentos	(15)	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro	95	-	95
Circulante	27	-	27
Não circulante	68	-	68
	95	-	95

14. Fornecedores

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Fornecedores de equipamentos para locação	9.199	3.858	9.199
Outros	133	478	133
	9.332	4.336	9.332
Circulante	9.301	4.336	9.301
Não circulante	31	-	31
	9.332	4.336	9.332

15. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Provisão para férias	91	70	91
Provisão de bônus a pagar	411	200	411
INSS a recolher	57	31	57
FGTS a recolher	12	15	12
IRRF sobre folha	58	27	58
	629	343	629

16. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
ICMS	284	76	284
CSRF	3	2	3
IRRF	-	1	-
COFINS	41	18	41
PIS	9	4	9
ISS	2	-	2
	339	101	339

17. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Outros Ativos			
Brazil 3 Business Participações Ltda.	-	83	-
	-	83	-
Fornecedores			
Ultra-Som Equipamentos Médicos Ltda.			
Aquisição de imobilizado	-	327	-
Despesas	1	1	1
	1	328	1
Brazil 3 Business Participações Ltda.			
Aquisição de imobilizado	15	62	15
Despesas	-	385	-
	15	447	15
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Blue Health Participações S.A.	3.920	4.263	3.920
Unimed Participações S.A.	4.080	4.437	4.080
	8.000	8.700	8.000

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2024, os acionistas da Companhia realizaram aportes de recursos na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme instrumentos celebrados entre as partes e em linha com a política de AFAC da Companhia.

Os valores aportados não são remunerados nem sujeitos à atualização monetária. A eventual conversão desses valores em aumento de capital depende de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral da Companhia, não havendo prazo contratual estabelecido para sua conversão, estando prevista sua apreciação na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Caso não seja deliberada a conversão em aumento de capital, os valores poderão ser devolvidos aos acionistas, desde que a Companhia disponha de recursos para tal. Em função dessas características, os valores recebidos a título de AFAC estão apresentados no passivo nas demonstrações financeiras.

18. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.000 mil, onde cada cota possui o valor de R\$ 1,00 (um Real).

	<u>Controladora</u>
	<u>2025</u>
Blue Health Participações S.A.	980
Unimed Participações S.A.	1.020
	<u>2.000</u>

19. Receita líquida

A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Receita bruta na locação de bens	6.578	2.664	6.578
Receita bruta de prestação de serviços	544	7	544
Impostos sobre vendas	(690)	(248)	(690)
Receita líquida	<u>6.432</u>	<u>2.423</u>	<u>6.432</u>

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Custos com locação	468	110	468
Depreciação e amortização	1.949	871	1.945
Despesa com pessoal	2.150	1.645	2.150
Serviço de terceiros	393	387	393
Despesa com utilidades	96	39	96
Despesa com vendas	91	186	91
Insumos	18	1	18
Despesa viagens e combustíveis	169	167	169
Outras despesas	38	31	42
	5.372	3.437	5.372
Custos com locação	2.397	981	2.397
Despesas gerais e administrativas	2.884	2.270	2.884
Despesas comerciais	91	186	91
	5.372	3.437	5.372

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receita financeira			
Descontos obtidos	-	1	-
Juros ativos	3	-	3
Ajuste valor mercado - FIDC	735	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	390	73	1.004
	1.128	74	1.007
Despesa financeira			
Juros passivos	(31)	(1)	(31)
Juros de cessão de direitos creditórios	(2.889)	-	(2.189)
Custos de estruturação	-	-	(579)
Tarifas bancárias	-	(1)	-
IOF	(7)	(2)	(7)
	(2.927)	(4)	(2.806)
Resultado financeiro, líquido	(1.799)	70	(1.799)

UNIBLUE LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	2025	2024
Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado		
Prejuízo antes da tributação	(739)	(944)
Alíquotas oficiais de imposto - %	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	251	321
<u>Ajustes dos encargos à taxa efetiva:</u>		
Despesas indedutíveis	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	251	321
Corrente	-	-
Diferido	251	321
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	34%	34%

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia na efetivação dos contratos de locação com os clientes, transfere a responsabilidade da obrigação de contratação de seguro dos equipamentos aos mesmos.

24. Eventos Subsequentes

Cessão de Contratos para o FIDC

Em janeiro de 2026, a Companhia realizou a aquisição de 232 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Uniblue Investcoop ("FIDC"). A integralização foi composta por um aporte de R\$ 350 à vista.

Adicionalmente, a Companhia cedeu ao FIDC o fluxo de recebíveis de contratos de locação, pelos quais recebeu o pagamento total de R\$ 5.163 à vista.

Essa operação tem como objetivo aprimorar a estrutura financeira da Companhia e permitir a expansão da operação por meio da aquisição de novos equipamentos para locação.